

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Nazareno Fonteles)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Ministro de Estado da Educação, sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

- a) Quantos municípios brasileiros cumprem integralmente o Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 que garante que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar;
- b) Quantos municípios brasileiros cumprem parcialmente (e em quais percentuais) o Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 que garante que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar;
- c) Quais as dificuldades alegadas pelos municípios para descumprirem a lei neste particular;

- d) Que providências foram ou estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação para garantir o integral cumprimento do citado Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.

JUSTIFICAÇÃO

O Artigo 14 da Lei Federal 11.947/2009 prevê que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Entretanto, temos recebido notícias de que muitos municípios não lograram sucesso nesse processo. A Subcomissão Especial destinada a avaliar os avanços e desafios das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, da qual sou relator, precisa receber do Ministério da Educação informações a respeito das razões alegadas pelos municípios para o descumprimento da lei, o que possibilitará a elaboração de um relatório mais objetivo, com sugestões concretas que poderão levar à superação dos problemas atualmente verificados.

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2012.

Deputado Nazareno Fonteles (PT-PI)

Relator da Subcomissão Especial destinada a avaliar os avanços e desafios das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.